

Governo assina acordo inédito com 16 tribos caiapós

Índios ajudarão na fiscalização e, em troca, aldeias receberão o dinheiro da venda de toda a madeira que for apreendida

Hugo Marques

• BRASÍLIA. Às vésperas dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, o Governo federal procurou os índios para assinar um acordo inédito, que permitirá maior preservação da floresta amazônica. Pelo acordo, assinado entre os ministérios do Meio Ambiente e da Justiça e 16 tribos caiapós, toda a madeira confiscada pelo Ibama no território indígena será vendida pela Funai, que investirá o dinheiro nas próprias aldeias.

Os índios passarão a ser os fiscais de seu território.

O acordo foi uma fórmula que o Governo encontrou para afastar grandes madeireiros que vinham devastando as terras dos caiapós. O acordo foi possível graças à intensificação da fiscalização do Ibama nos 3,3 milhões de hectares dessas tribos, no Sul do Pará. Na região de Redenção, a floresta vinha sendo devastada por madeireiros, que fechavam acordos informais com os índios para explorar madeira em troca de di-

nheiro e mercadorias. Com a fiscalização intensa, dezenas de grandes madeireiros vinham acumulando prejuízos e não pagaram o que tinham prometido aos índios. O Governo se aproveitou do calote e resolveu procurar os índios para fechar o acordo.

Pelo acordo, os mais de dez mil metros cúbicos de madeira nobre confiscados em território caiapó serão inventariados e vendidos pela Funai. Segundo estimativas, será possível recolher R\$ 6 milhões com a venda da madeira

confiscada, a maior parte espécies nobres como mogno e cedro. A Funai se compromete a aplicar os recursos arrecadados com a venda em projetos de auto-sustentabilidade para as comunidades indígenas, beneficiando mais de cinco mil caiapós. O administrador regional da Funai em Redenção é o índio Tapiet Caiapó.

O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, reuniu os 16 caciques caiapós da região, ontem, para assinar o acordo. Segundo ele, a assinatura é apenas um pe-

queno passo para um grande entendimento entre brancos e índios. Sarney Filho disse que esse tipo de acordo será proposto a outras nações indígenas.

Outro ponto positivo do acordo é que os próprios índios defenderão os interesses do Ibama na região. O acordo prevê o treinamento e a capacitação de índios na classificação e medição de madeiras para a fiscalização.

— Estaremos economizando muito dinheiro com fiscalização — disse o presidente demissioná-

rio do Ibama, Eduardo Martins.

O próprio Governo reconhece, no entanto, que o acordo exigirá outras ações dos ministérios do Meio Ambiente e da Justiça para evitar depredações da floresta. Os índios só aceitaram o acordo porque também ficaram descapitalizados temporariamente. Depois que passar a euforia da venda da madeira, o Ministério do Meio Ambiente quer implantar de forma rápida planos de manejo sustentável das florestas, com a participação dos índios. ■

